



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, informações a respeito da atuação da facção venezuelana, aliada do PCC, que recruta brasileiros para tráfico, prostituição e garimpo ilegal na região Norte.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito da atuação da facção venezuelana, aliada do PCC, que recruta brasileiros para tráfico, prostituição e garimpo ilegal na região Norte.

1. O governo federal reconhece oficialmente a presença dessa facção venezuelana na Amazônia e sua aliança com o PCC?
2. Existe uma estratégia específica do governo para combater essa ameaça transnacional?
3. A inteligência brasileira tem monitorado as conexões internacionais dessas organizações e suas operações na fronteira?
4. O governo federal reforçou a presença de forças de segurança na fronteira com a Venezuela para impedir a expansão dessa facção?
5. Como o Exército e a Polícia Federal estão atuando para conter o tráfico de drogas, armas e pessoas na região?
6. O sistema de controle de imigração está preparado para identificar membros da facção que entram no Brasil?

Justificativa





Tratada como organização terrorista pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a facção venezuelana Tren de Aragua ganha território no Norte do Brasil. A estratégia do grupo para se expandir inclui o recrutamento de brasileiros, o domínio de rotas de tráfico de drogas, pontos de prostituição, garimpos de ouro e uma aliança com o Primeiro Comando da Capital (PCC).¹

A expansão do crime organizado na região Norte do Brasil não é um problema novo, mas a presença crescente de facções estrangeiras, como a venezuelana aliada ao PCC, escancara a fragilidade do Estado brasileiro em conter essa ameaça. O governo federal, responsável pelo controle de fronteiras e pela segurança nacional, tem falhado em implementar ações eficazes, deixando os estados do Norte à mercê de criminosos cada vez mais bem organizados.

O governo federal parece alheio à gravidade da situação. Não há um plano claro para combater essa nova aliança criminosa transnacional, que se infiltra em atividades como tráfico de drogas, prostituição forçada e garimpo ilegal. A ausência de uma estratégia robusta de inteligência e repressão permite que essas organizações se fortaleçam, utilizando as fronteiras abertas e a falta de fiscalização para expandir suas operações.

Enquanto o governo federal se mantém inerte, os estados da região Norte enfrentam dificuldades gigantescas para conter a criminalidade. A vasta extensão territorial, a densa floresta amazônica e a precariedade da infraestrutura tornam o policiamento extremamente desafiador. Além disso, a falta de recursos e o baixo efetivo policial agravam ainda mais a situação.

Esses estados se tornaram pontos estratégicos para essas facções, que exploram não só a fragilidade da segurança pública, mas também o abandono social e econômico da região. A população local, especialmente ribeirinhos e indígenas, sofre com a violência, o aliciamento de jovens para o tráfico e a degradação ambiental causada pelo garimpo ilegal.

¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/especial/aliada-ao-pcc-facao-venezuelana-recruta-brasileiros-para-trafico-prostituicao-e-garimpo-ilegal-na-regiao-norte.ghtml>





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

Apresentação: 17/03/2025 16:44:27.923 - Mesa

RIC n.837/2025

A presença de uma facção estrangeira operando livremente dentro do território brasileiro representa um risco real para a segurança do país. Se o Estado não agir com firmeza agora, essas organizações podem se tornar ainda mais poderosas, dificultando qualquer tentativa futura de erradicá-las.

O combate ao crime organizado na Amazônia precisa ser tratado como prioridade absoluta. É urgente que o governo federal amplie o policiamento de fronteira, invista em inteligência, fortaleça a cooperação internacional e garanta recursos para os estados do Norte. Sem uma resposta à altura da ameaça, o Brasil corre o risco de ver a Amazônia se tornar um território dominado pelo crime, onde o poder do Estado será meramente simbólico.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 17 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

